

Tribunal Regional Federal – 2ª Região

Analista Judiciário – Execução de Mandados

Lingua Portuguesa

Texto 1:

A ÁRVORE E O HOMEM

O PRIMEIRO... problema que as árvores parecem propor-nos é o de nos conformarmos com a sua mudez. Desejaríamos que falassem, como falam os animais, como falamos nós mesmos. Entretanto, elas e as pedras reservam-se o privilégio do silêncio, num mundo em que todos os seres têm pressa de se desnudar. Fiéis a si mesmas, decididas a guardar um silêncio que não está à mercê dos botânicos, procuram as árvores ignorar tudo de uma composição social que talvez se lhes afigure monstruosamente indiscreta, fundada como está na linguagem articulada, no jogo de transmissão do mais íntimo pelo mais coletivo. Grave e solitário, o tronco vive num estado de impermeabilidade ao som, a que os humanos atingem por alguns instantes e através da tragédia clássica. Não logramos comovê-lo, comunicar-lhe a nossa intemperança. Então, incapazes de trazê-lo para a nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e pintamo-lo. Ele pende, lápis ou óleo, de nossa parede, mas esse artifício não nos ilude, não incorpora a árvore à atmosfera de nossos cuidados. O fumo dos cigarros, subindo até o quadro, parece vagamente aborrecê-la, e certas árvores de Van Gogh, na sua crispação, têm algo de protesto.

(ANDRADE, C. Drummond de. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1973. p. 798)

Com base no texto 1 responda às questões de 1 a 10.

1 - Acha-se EM DESACORDO com o conteúdo do texto o que se afirma na opção:

- a) a capacidade da fala é atribuída a todos os seres animados;
- b) seu autor reforça a tese de que, para os seres humanos, a posse da linguagem articulada é um privilégio;
- c) o silêncio das árvores é um mistério para os cientistas;
- d) o desenho e a pintura são simples artifícios para integrar as árvores no ambiente social e humano;
- e) parece às árvores que a socialização da intimidade através da linguagem articulada é uma indiscrição.

2 - No texto, a maioria das palavras e expressões refere-se basicamente a dois universos: o das árvores e o dos homens. A alternativa que reúne EXCLUSIVAMENTE palavras relativas ao universo dos homens é:

- a) crispação – silêncio;
- b) intemperança – botânicos;
- c) paisagem – impermeabilidade;
- d) cuidados – solitário ;
- e) atmosfera – mudez .

3 - Há erro ortográfico em uma das formas reunidas na opção:

- a) mudez – montanhês – embriaguez – rigidez - gaulês;
- b) privilégio – tigela – engessar – monge - manjedoura;
- c) intemperança – absorção – concessão – interstício - néscio;
- d) trazê-lo – transpô-la-emos – encantávamo-nos – vê-la-íamos
esquecêmo-la;
- e) protesto – pretexto – misto – têxtil – justapor.

4 - Algumas passagens do texto foram reescritas abaixo com mudança da posição de algum de seus termos. Feita a alteração, a pontuação tornou-se INCORRETA em:

- a) O tronco vive grave e solitário num estado de impermeabilidade;
- b) Incapazes, então, de trazê-lo para a nossa domesticidade..;
- c) Subindo até o quadro, o fumo dos cigarros parece vagamente
borrecê-la;
- d) Conformarmo-nos com a sua mudez, é o primeiro problema
que as árvores parecem propor-nos;
- e) Elas e as pedras reservam-se entretanto o privilégio do silêncio.

5 - Na nova redação dada a algumas passagens do texto, cometeu-se um erro gramatical na opção:

- a) O fumo dos cigarros, subindo até o quadro, parecem vagamente
aborrecê-la;
- b) ...uma composição social que a elas talvez se afigure
monstruosamente indiscreta;
- c) Entretanto, elas e as pedras reservam para si o privilégio do
silêncio;
- d) ...num mundo em que todos os seres têm pressa de se
desnudarem;
- e) Não logramos comovê-lo, comunicar-lhe nossa intemperança.

6 - Os conectivos “Entretanto” e “Então” encadeiam partes do texto exprimindo, respectivamente:

- a) oposição e conseqüência;
- b) oposição e tempo;
- c) tempo e conseqüência;
- d) tempo e conclusão;
- e) tempo e tempo.

7 - No trecho “Grave e solitário, o tronco vive num estado de impermeabilidade ao som, *a que os humanos só atingem* por alguns instantes”, é opcional a ocorrência da preposição “a” antes do complemento do verbo ATINGIR, pois este verbo pode ser transitivo direto ou transitivo indireto no padrão culto escrito. A mesma dupla regência é admissível em:

- a) Ele era um escritor que desdenhava a fama a que aspiravam
seus compatriotas;
- b) A solução a que os médicos recorreram produziu resultados
animadores;
- c) A igreja a que me refiro foi construída no século XVII;
- d) A unificação do objetivo a que visavam seus integrantes explica
o sucesso da equipe;
- e) Esta é uma tese a que muitas pessoas preferem aderir por pura
comodidade.

8 - Os pronomes relativos que introduzem as orações a seguir destacadas – “que as árvores parecem propor-nos”, “em que todos os seres têm pressa” e “que talvez se lhes afigure monstruosamente indiscreta” – desempenham, respectivamente, as funções sintáticas de:

- a) sujeito – complemento nominal – sujeito;
- b) objeto direto – adjunto adverbial – sujeito;
- c) predicativo – objeto indireto – sujeito;
- d) predicativo – adjunto adverbial – objeto direto;
- e) sujeito – objeto indireto – sujeito.

9 - O trecho “Então, incapazes de trazê-lo para a nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e pintamo-lo” vem reescrito abaixo com alterações no emprego dos pronomes pessoais. A frase que continua gramaticalmente correta no uso culto escrito após essas alterações é:

- a) Então, incapazes de o trazer para a nossa domesticidade, o consideramos um elemento da paisagem, e lhe pintamos.
- b) Então, incapazes de trazer-lhe para a nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e o pintamos.
- c) Então, incapazes de o trazer para a nossa domesticidade, lhe consideramos um elemento da paisagem, e pintamo-lo.
- d) Então, incapazes de o trazer para a nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem e pintamos-lhe.
- e) Então, incapazes de o trazer para a nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem e o pintamos.

10 - Em “...este artifício não nos ilude, não incorpora a árvore à atmosfera de nossos cuidados.”, há um exemplo de crase, assinalada pelo acento grave. A alternativa em que este acento foi erradamente utilizado é:

- a) A equipe deve o êxito da campanha à boa forma de seus atletas;
- b) O fornecimento de energia elétrica só foi normalizado à 1 hora da madrugada;
- c) Não posso deixar de assistir à esta parte da novela;
- d) Os formandos ficarão sentados à nossa direita;
- e) Os rebeldes foram levados à presença do rei.

Texto 2:

Justiça e razão

Os legisladores e os juízes, que dispõem da sanção e da coerção para garantir o respeito às leis e a execução dos julgamentos, têm de exercer suas funções dentro do espírito em que elas lhes foram conferidas: devem elaborar leis justas, porque conformes às aspirações da comunidade de que são os representantes; devem aplicá-las dentro de um espírito de equidade, conforme às tradições da comunidade de que são os magistrados. Mas o filósofo não é, como o juiz, encarregado de fazer que se respeite a ordem estabelecida: tampouco deve, como o político, se amoldar aos desejos de seus eleitores para ganhar-lhes os votos. Se existe uma missão, que seria a do filósofo, é a de ser o porta-voz da razão e o defensor dos valores universais, que se supõem válidos para todos os homens. Como escrevia Husserl: “Somos, em nosso trabalho filosófico, *funcionários da humanidade*.”

(PERELMAN, Chaïm. *Ética e direito*. SP: Martins Fontes, 1996. P. 194)

Com base no texto 2, responda às questões de 11 a 15

11 - Faz-se uma afirmação NÃO AUTORIZADA pelo texto na opção:

- a) compete aos juízes agir com espírito de equidade;
- b) os filósofos sistematizam os costumes de cada sociedade para orientar os legisladores;
- c) compete aos legisladores elaborar leis conformes às aspirações da sociedade;
- d) legisladores e juízes têm tarefas distintas, mas que se complementam em função do interesse público;
- e) compete aos filósofos exprimir os conteúdos da razão e defender os valores universais.

12 - O comentário correto sobre o emprego de “conformes” e de “conforme” encontra-se na opção:

- a) ambos são adjetivos e estão concordando em número com os termos a que se referem;
- b) “conformes” concorda em número com o substantivo “leis” e “conforme” é invariável por ser advérbio;
- c) há erro gramatical no uso de “conformes”, pois este vocábulo é invariável;
- d) há erro de concordância em “conforme”, que deveria estar no plural concordando com “-las” (= as leis);
- e) não há erro nas formas adotadas no texto porque, no caso, a concordância é facultativa.

13 - As opções abaixo apresentam novas redações do enunciado “Mas o filósofo não é, como o juiz, encarregado de fazer que se respeite a ordem estabelecida”. Feitas as modificações, o conteúdo original do enunciado SÓ foi preservado na opção:

- a) Tanto quanto o juiz, o filósofo não é, contudo, encarregado de fazer que se respeite a ordem estabelecida;
- b) Entretanto, assim como o filósofo, o juiz é encarregado de fazer que se respeite a ordem estabelecida;
- c) No entanto, diferentemente do juiz, o filósofo não é encarregado de fazer que se respeite a ordem estabelecida;
- d) Assim como o juiz, todavia, o filósofo não é encarregado de fazer que se respeite a ordem estabelecida;
- e) Mas o filósofo não é, consoante o juiz, encarregado de fazer que se respeite a ordem estabelecida.

14 - O pronome “LHES” tem com o verbo a que se prende na frase “tampouco deve, como os políticos, se amoldar aos desejos de seus eleitores para ganhar lhes os votos” as mesmas relações sintáticas e de sentido que se encontram no exemplo da opção:

- a) se seus irmãos quiserem, posso emprestar lhes meu carro durante o fim de semana;
- b) os uniformes das crianças já estão desbotados, mas só lhes posso comprar outros no mês que vem;
- c) eles são nossos amigos; não podemos negar lhes ajuda em um momento tão difícil;
- d) os Romanos, crendo-se superiores aos povos germânicos, chamavam lhes ‘bárbaros’;

e) o policial ameaçava os detidos a fim de arrancar-lhes uma confissão.

15 - Em “tampouco deve (...) se amoldar aos desejos de seus eleitores...”, “tampouco” é substituível, sem prejuízo do sentido, por:

- a) sobretudo não;
- b) ainda assim não;
- c) também não;
- d) apesar disso não;
- e) particularmente não.

Texto 3:

Verdade e liberdade

O problema da verdade não é da competência exclusiva da filosofia, como pretendem os filósofos acadêmicos e oficiais, porque envolve, também, pressupostos éticos e políticos que esses filósofos não julgam prudente reconhecer.

Essa implicação entre a verdade e a política já se acha presente no processo de Sócrates, condenado, por um tribunal político, a beber cicuta na prisão de Atenas. O mestre de Platão não era, porém, um agitador, um agente subversivo, mas um filósofo, preocupado exclusivamente com a procura e a definição da verdade. Se era inocente, se não cometera crime algum, por que o condenaram? Condenaram-no a pretexto de que corrompia a mocidade e subvertia a religião tradicional, sustentáculo ideológico da cidade grega que, como se sabe, repousava na escravidão.

Ao processo de Sócrates deveremos sempre voltar porque, como tudo o que é grego, apresenta um aspecto exemplar, paradigmático que, até hoje, nos serve de escarmento e edificação. O filósofo, porque procurava e dizia a verdade, foi condenado e morto, quer dizer, assassinado. Os motivos alegados na denúncia eram fúteis, meros pretextos, como se verifica ao ler esse texto admirável que é a *Apologia* de Platão. A defesa do acusado, no entanto, feita por ele próprio, embora fosse irresponsável, não logrou demover a maioria do tribunal, que se pronunciou em função de motivos políticos, que diziam respeito aos seus interesses e paixões e nada tinham em comum com a verdade.

Essa tragédia, que está no pórtico da filosofia ocidental, prefigura o destino do filósofo que, na sociedade dividida entre senhores e escravos, correu sempre, ao denunciar a injustiça e a violência, o risco de provocar a ira e as represálias dos senhores. Sim, porque os senhores sempre permitiram que tudo fosse dito, menos que eram os senhores porque escravizavam, porque oprimiam e espoliavam. Essa verdade, que revelava e desmascarava o segredo de que eram os beneficiários, não devia ser dita, embora fosse, de todas, a mais importante a revelar.

(CORBISIER, Roland. *Filosofia e crítica radical*. SP: Livraria Duas Cidades, 1976. p. 220-1)

Com base no texto 3, responda às questões de 16 a 20:

16 - Na nova redação dada a algumas passagens do texto, cometeu-se ERRO de concordância verbal na opção:

- a) Não se podia denunciar nem a justiça nem a violência;
- b) Alegaram-se na denúncia motivos muito fúteis;
- c) A maioria dos jurados pronunciou-se em função de interesses políticos;
- d) Nem a justiça nem a violência podiam ser denunciadas;
- e) Deviam haver interesses e paixões que nada tinham em comum com a verdade.

17 - É INCOMPATÍVEL com o conteúdo deste texto a afirmação de que:

- a) para os filósofos acadêmicos e oficiais o problema da verdade é da competência exclusiva da filosofia;
- b) para Roland Corbisier, os gregos são o modelo de cultura e pensamento das sociedades ocidentais modernas;
- c) o processo de Sócrates serve para mostrar que o poder dos senhores se sustenta na ocultação da verdade;
- d) a subversão da religião e a corrupção da juventude foram pretextos usados para condenar Sócrates;
- e) na história das sociedades os grandes julgamentos sempre se basearam em motivos políticos.

18 - A cada expressão do texto destacada abaixo segue-se outra destinada a substituí-la. Esta substituição, porém, alteraria o sentido original do texto em:

- a) “não logrou demover” – não conseguiu dissuadir;
- b) “oprimiam e espoliavam” – coagiam e pilhavam;
- c) “paradigmático” – modelar;
- d) “corrompia (...) e subvertia” – pervertia e desorganizava;
- e) “escarmento e edificação” – projeto e construção.

19 - Na nova redação dada a algumas passagens do texto, cometeu-se ERRO de regência verbal na opção:

- a) O problema da verdade não compete exclusivamente à filosofia;
- b) Alguns filósofos desconhecem que o problema da verdade implica aspectos políticos;
- c) Ao processo de Sócrates devemos sempre recorrer;
- d) Os senhores jamais permitiriam que fosse desvendado o segredo que lhes beneficiava;
- e) Sócrates fez de si próprio uma defesa a que os juízes foram incapazes de responder.

20 - A escolha dos instrumentos de conexão sintática – como as preposições, conjunções e respectivas locuções – atende, muitas vezes, a sutis intenções do enunciador. Dentre as opções abaixo, a substituição do conectivo original acarretou outra interpretação para a intenção do enunciador em:

- a) Condenaram-no porque corrompia a mocidade e subvertia a religião tradicional;
- b) A defesa do acusado, não obstante irresponsável, não logrou demover a maioria do tribunal;
- c) O filósofo, porquanto procurava e dizia a verdade, foi condenado e morto;
- d) Essa verdade (...) não devia ser dita, conquanto fosse, de todas, a mais importante a revelar;
- e) Ao processo de Sócrates devemos sempre voltar porque, a exemplo de tudo o que é grego, apresenta um aspecto exemplar.

Direito Processual Civil

21 - Tendo em vista as diversas classificações aplicáveis ao litisconsórcio, é FALSA a declaração de que:

- a) quanto à posição na ação, o litisconsórcio pode ser ativo, passivo ou misto;
- b) litisconsórcio necessário não equivale a litisconsórcio unitário;
- c) no litisconsórcio simples a decisão pode ser diversa para cada um dos litisconsortes;
- d) no litisconsórcio unitário a decisão deverá obrigatoriamente ser a mesma para todos os litisconsortes;
- e) o litisconsórcio é uma das formas de intervenção de terceiros.

22 - Sobre a atuação do *Paquet* no Processo Civil, é VERDADEIRA a declaração de que:

- a) no Processo Civil o Ministério Público só pode recorrer quando atua como órgão agente;
- b) o Ministério Público não possui legitimidade para ajuizar ação rescisória;
- c) o prazo em dobro para recorrer se aplica tanto na atuação como parte quanto na qualidade de *custos legis*;
- d) atuando como fiscal da lei, em alegações finais, o Ministério Público deve se manifestar antes das partes;
- e) atuando como fiscal da lei, o Promotor não pode requerer a produção de provas não mencionadas pelas partes.

23 - NÃO é atribuição do Juiz enquanto órgão dirigente da relação processual:

- a) assegurar às partes igualdade de tratamento;
- b) tentar a conciliação das partes a qualquer tempo;
- c) velar pela rápida solução do litígio;
- d) prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça;
- e) destituir o advogado contratado pela parte caso entenda que sua atuação não satisfaz aos interesses da mesma.

24 - Ao serventário de justiça:

- a) não se aplicam quaisquer motivos de impedimento ou de suspeição;
- b) aplicam-se os mesmos motivos de impedimento e de suspeição aplicáveis aos magistrados;
- c) aplicam-se apenas os motivos de impedimento;
- d) aplicam-se apenas os motivos de suspeição;
- e) aplicam-se apenas os motivos relativos ao assistente técnico.

25 - A alternativa que NÃO expressa uma incumbência do oficial de justiça é:

- a) fazer pessoalmente as prisões determinadas pelo magistrado, certificando no mandado o ocorrido, com menção de lugar, dia e hora;

- b) executar as ordens do Juiz a que estiver subordinado;
- c) estar presente às audiências e coadjuvar o Juiz na manutenção da ordem;
- d) secretariar o Juiz na audiência, digitando ou datilografando o termo de assentada;
- e) entregar em cartório o mandado logo após seu cumprimento.

26 - Acerca da Audiência de Instrução e Julgamento, a alternativa INCORRETA é:

- a) ao iniciar os trabalhos, deve o Juiz tentar a conciliação das partes, mesmo que isto já tenha sido feito em outras oportunidades sem um resultado positivo;
- b) a audiência pode ser adiada uma vez por convenção das partes;
- c) a audiência pode ser adiada se os advogados, por motivo justificado, não puderem comparecer;
- d) se ambas as partes protestarem por depoimento pessoal, primeiro deve o Juiz ouvir o réu, e depois o autor;
- e) o Juiz deve inquirir primeiramente as testemunhas arroladas pelo autor, e, após, as arroladas pelo réu.

27 - Não é título executivo judicial a sentença:

- a) cível declaratória;
- b) penal condenatória transitada em julgado;
- c) arbitral;
- d) estrangeira, homologada pelo Supremo Tribunal Federal;
- e) homologatória de transação ou de conciliação.

28 - Acerca da execução contra a Fazenda Pública, é CORRETA a declaração de que:

- a) essa espécie de execução segue os mesmos trâmites da execução por quantia certa contra devedor solvente;
- b) nessa espécie de execução não é possível a apresentação de embargos;
- c) nessa espécie de execução o prazo para apresentação de embargos é de 15 dias;
- d) não sendo opostos os embargos no prazo legal, cabe ao Juiz requisitar o pagamento por intermédio do Chefe do Poder Executivo;
- e) o pagamento deve ser feito através de Precatório.

29 - O prazo para apresentação de embargos em sede de execução fiscal é de:

- a) 05 dias;
- b) 10 dias;
- c) 15 dias;
- d) 30 dias;
- e) 60 dias.

30 - São medidas cautelares típicas contempladas no Código de Processo Civil Brasileiro:

- a) Exibição, Arrolamento de Bens e Justificação;

- b) Alimentos Provisionais, Homologação de Penhor Legal e Nunciação de Obra Nova;
- c) Atentado, Posse em Nome do Nascituro e Monitória;
- d) Protesto, Arresto e Interdito Proibitório;
- e) Seqüestro, Produção Antecipada de Provas e Habilitação.

31 - Acerca do instituto da tutela antecipada, podemos afirmar que:

- a) tem a mesma finalidade da tutela cautelar;
- b) produz o mesmo efeito do julgamento antecipado pela lide;
- c) é uma espécie do gênero tutela de urgência;
- d) não está sujeito a qualquer requisito para concessão;
- e) só se aplica ao procedimento comum ordinário.

32 - Quanto à representação de pessoas jurídicas em juízo, a opção que contém uma correlação INCORRETA é:

- a) a União é representada pelos Procuradores da República;
- b) o Estado é representado pelos Procuradores do Estado;
- c) a massa falida é representada pelo síndico;
- d) o espólio é representado pelo inventariante;
- e) o condomínio é representado pelo administrador ou pelo síndico.

33 - É possível a citação postal:

- a) nas ações de estado;
- b) quando for ré pessoa jurídica de direito privado;
- c) quando for ré pessoa incapaz;
- d) nos processos de execução;
- e) quando for ré a União Federal.

34 - Acerca dos atos praticados pelo Juiz, podemos afirmar que:

- a) 'decisão interlocutória' é o ato pelo qual o Juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa;
- b) 'sentença' é o ato pelo qual o Juiz, no curso do processo, resolve questão incidente;
- c) 'despachos' são todos os demais atos praticados pelo Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece outra forma;
- d) 'abertura de vista obrigatória' é ato meramente ordinatório que deve ser praticado de ofício pelo magistrado, não podendo ser substituído por serventuário;
- e) 'acórdãos' são as decisões proferidas por Juízes titulares.

35 - Quanto aos atos processuais, é INCORRETO afirmar que:

- a) os atos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir;
- b) reputam-se válidos todos os atos praticados de modo diverso do determinado, caso sua finalidade essencial seja preenchida;
- c) os atos processuais são em regra públicos;

- d) devem correr em segredo de justiça os processos em que o exigir o interesse público;
- e) não há necessidade de correr em segredo o processo referente à conversão da separação em divórcio.

Direito Civil

36 - Luís e Marta casaram em 1975 sob o regime de bens da comunhão universal, à época o regime da lei civil. Em 1977, a lei nº 6.515 alterou o art. 258 do Código Civil, estabelecendo que, na ausência de convenção sobre o regime dos bens entre os cônjuges, vigorará o regime da comunhão parcial. Com relação ao enunciado e às normas da Lei de Introdução ao Código Civil quanto aos efeitos da lei nova, a opção correta é :

- a) a lei promulgada em 1977 não atingirá o regime dos bens dos casamentos celebrados anteriormente à sua vigência, pois a lei nova não pode violar a coisa julgada;
- b) o regime dos bens do casamento será mantido, uma vez que a lei promulgada não prejudicará os atos jurídicos já consumados segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuaram;
- c) Luís e Marta deverão declarar por escrito e sob forma pública que desejam manter o regime da comunhão universal, sob pena de aplicação imediata das normas da comunhão parcial, uma vez que a lei posterior revoga a anterior;
- d) a lei nova terá efeito retroativo, atingindo os casamentos celebrados anteriormente à sua vigência;
- e) o regime dos bens será mantido até a data da publicação da lei nova, aplicando-se para os bens futuros as regras da comunhão parcial.

37 - Antônio Prado, agricultor, ocupava com sua família uma pequena propriedade rural que encontrou abandonada e na qual edificou sua casa e realizou obras, tornando a referida propriedade rural apta a produzir, com sucesso, diversos gêneros alimentícios. Passados oito anos, Marcelino Ramos, dizendo-se proprietário do imóvel ocupado por Antônio Prado, ajuizou ação reivindicatória em face deste, conseguindo, no decorrer do feito, provar ser o titular do domínio. Ficou provado, de modo inequívoco, o abandono da propriedade pelo reivindicante e a boa fé do ocupante. Tendo em vista os efeitos da posse previstos no Código Civil Brasileiro, está correto afirmar que o possuidor:

- a) poderá adquirir o domínio do imóvel pela prescrição aquisitiva;
- b) deverá indenizar o reivindicante pelo tempo de ocupação do imóvel sem o seu consentimento;
- c) não poderá reter a coisa, uma vez que julgada procedente a ação reivindicatória;
- d) tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis realizadas no imóvel, podendo exercer, neste caso, o direito de retenção;
- e) poderá reter o imóvel exclusivamente pelas benfeitorias voluptuárias nele realizadas.

38 - Com relação aos atos jurídicos, é FALSO afirmar que:

- a) o ato jurídico para ser reputado válido requer agente capaz, objeto lícito e a observância da forma prescrita ou não defesa em lei;
- b) os atos ilícitos não são reputados atos jurídicos;
- c) as declarações de vontade para serem reputadas válidas independem de forma especial, salvo quando a lei dispuser diversamente;
- d) as pessoas absolutamente incapazes são assistidas pelos pais, tutores ou curadores em todos os atos jurídicos que praticarem;
- e) um dos meios de prova dos atos jurídicos a que não se impõe forma especial é a confissão.

39 - No que diz respeito ao pagamento no Código Civil Brasileiro, a opção em desacordo com o texto legal é :

- a) instaurado o concurso creditório contra devedor insolvente, ao credor assistirá o direito de cobrar a dívida antecipadamente;
- b) o pagamento deve ser efetuado, a princípio, no domicílio do devedor e na data aprazada;
- c) não tendo sido ajustada entre as partes época para o pagamento, o credor pode exigí-lo de imediato;
- d) além do próprio devedor, qualquer interessado na extinção de uma dívida pode pagá-la;
- e) as partes poderão acordar livremente que a prestação, sendo em dinheiro, se efetue em certa e determinada espécie de moeda, nacional ou estrangeira.

40 - O senhor Clóvis solicitou um empréstimo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a seu amigo Caio e este aquiesceu, celebrando as partes um contrato. O credor exigiu do devedor uma garantia pessoal ao cumprimento da obrigação. Foi indicado como garante João, que assumiu perante o credor a obrigação de pagar a dívida caso Clóvis não o faça. Considerando o caso descrito e os dispositivos da lei civil aplicáveis ao contrato celebrado entre Caio e João, é correto afirmar que:

- a) o contrato poderá ser verbal ou escrito; neste caso é requisito de validade o instrumento público;
- b) é indispensável o consentimento de Clóvis para a validade do contrato;
- c) se o credor consentir em receber de Clóvis como pagamento da dívida coisa diversa da prestação que lhe era devida, João ficará desobrigado;
- d) o contrato é classificado como acessório, bilateral e oneroso;
- e) a obrigação contraída por João é personalíssima, não se transmitindo a seus herdeiros.

Direito Constitucional

41 - O Mandado de Injunção poderá ser concedido para:

- a) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante;
- b) tornar viável o exercício das prerrogativas inerentes à nacionalidade;

- c) anular ato lesivo ao patrimônio público;
- d) retificar dados constantes de registros de entidades governamentais;
- e) retificar dados constantes de entidades privadas.

42 - A primeira investidura em cargo público depende de:

- a) aprovação prévia em concurso interno, para aqueles que já ostentam a condição de servidor estável;
- b) aprovação prévia em concurso público de prova ou de provas e títulos;
- c) aprovação prévia de concurso público de prova ou de provas e títulos apenas quando o candidato não for titular de outro cargo;
- d) nomeação em caráter efetivo e cumprimento de estágio probatório;
- e) aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão.

43 - A Constituição brasileira vigente poderá ser emendada mediante proposta aprovada:

- a) por maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, quando decretado o estado de defesa;
- b) por maioria simples dos membros da Câmara dos Deputados, ainda que decretado o estado de defesa;
- c) por maioria simples dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral, quando ocorrer o transcurso de dez anos após a sua publicação;
- d) por maioria absoluta dos membros do Senado Federal, quando ocorrer o transcurso de dez anos após a sua publicação;
- e) por três quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos.

44 - Concluída a votação, o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional será enviado ao Presidente da República que, aquiescendo, o:

- a) publicará;
- b) revisará;
- c) arquivará;
- d) rejeitará;
- e) sancionará.

45 - São atribuições privativas da Câmara dos Deputados:

- a) autorizar a instauração de processo contra o Presidente da República, elaborar seu Regimento Interno e fixar os limites globais para o montante da dívida consolidada;
- b) processar a tomada de contas do Presidente da República, processar e julgar o Presidente da República e estabelecer os limites globais para o montante da dívida mobiliária dos Estados;
- c) eleger membros do Conselho da República; autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra os Ministros de Estado e poroceder à tomada de contas do

Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

- d) aprovar a escolha dos chefes de missão diplomática; autorizar operações externas de natureza financeira e autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Vice-Presidente da República;
- e) autorizar operações externas de natureza financeira; autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República e aprovar a escolha dos chefes de missão diplomática.

Direito Administrativo

46 - O meio de controle da Administração Pública à disposição dos indivíduos para a defesa de direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data** quando o responsável pela ilegalidade for autoridade pública, denomina-se:

- a) mandado de injunção;
- b) ação de responsabilidade civil;
- c) ação civil pública;
- d) ação popular;
- e) mandado de segurança.

47 - Os poderes relacionados abaixo encerram prerrogativas de autoridade, EXCETO o poder:

- a) normativo;
- b) disciplinar;
- c) vinculado;
- d) decorrente da hierarquia;
- e) de polícia.

48 - Os atos administrativos praticados pelo Poder Executivo podem ser invalidados através de:

- a) anulação pelo Poder Legislativo;
- b) revogação pelo Poder Judiciário;
- c) revogação pelo Poder Legislativo;
- d) anulação pelo Poder Judiciário;
- e) revogação pelo Tribunal de Contas.

49 - As penalidades disciplinares previstas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União e das autarquias e fundações públicas federais serão aplicadas:

- a) pelo Presidente da República, quando se tratar de cassação de aposentadoria de servidor do Poder Executivo;
- b) pelo chefe de repartição, quando se tratar de demissão de servidor do Poder Executivo;
- c) pelo Presidente do Poder Legislativo, quando se tratar de disponibilidade de servidor do Poder Executivo;

- d) pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de cassação de aposentadoria;
- e) pelo Procurador-Geral da República, quando se tratar de demissão do Poder Executivo.

50 - O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei nº 8.666/93 confere à Administração, em relação a eles, prerrogativa de:

- a) aplicar sanções sem motivação e fiscalizar-lhes a execução;
- b) modificá-los somente por acordo com o contratado e respeitar o equilíbrio contratual;
- c) rescindi-los unilateralmente e aplicar sanções sem motivação;
- d) fiscalizar-lhes a execução e modificá-los somente por acordo com o contratado;
- e) respeitar o equilíbrio contratual e rescindi-los unilateralmente.

Direito Processual Penal

51 - O inquérito policial tem por finalidade precípua:

- a) indiciar o indivíduo suspeito da prática do crime;
- b) permitir o ajuizamento da ação penal;
- c) apurar a autoria do crime;
- d) constatar a existência do delito;
- e) constatar a existência do ilícito, identificando-se o seu autor.

52 - Considerando o processo cognitivo, é CORRETO afirmar que no âmbito do processo penal:

- a) só há ações de natureza condenatória;
- b) só há ações de natureza condenatória e declaratória;
- c) não há ações de natureza desconstitutiva;
- d) há ações de natureza condenatória, constitutiva e declaratória;
- e) não há ações de natureza declaratória.

53 - Tendo em vista que o Estado desenvolve a necessária atividade para processar e julgar o infrator, em virtude de ser a função penal de índole eminentemente estatal – razão por que o Ministério Público figura como *dominus litis* – explica-se a existência da ação penal pública pelo fato de que:

- a) a ninguém é dado fazer justiça pelas próprias mãos;
- b) o Promotor de Justiça, como membro do Ministério Público, é essencial à função jurisdicional do Estado;
- c) o Estado faz respeitar a vontade da vítima ou de quem legalmente a represente, evitando, assim, que a intimidade ferida pela infração o seja novamente pelo *strepitus fori*;
- d) o poder repressivo do Estado é incondicional;
- e) não estão presentes as condições da ação.

54 - O processo penal admite duas espécies de citação, quais sejam:

- a) pelos Correios e por Oficial de Justiça;

- b) por carta com aviso de recebimento e telegrama com cópia confirmatória;
- c) por hora certa e em finais de semana, desde que com autorização judicial;
- d) durante o expediente comercial e em dias úteis;
- e) real e ficta.

55 - Devendo citar Tício, denunciado que foi por crime de estelionato, o Oficial de Justiça comparece à sua residência por diversas vezes e em horários distintos, sem, contudo, alcançar seu objetivo, uma vez que Tício se oculta invariavelmente. É certo que o porteiro o anuncia em todas as oportunidades, fazendo crer que, estando o carro de Tício estacionado na garagem, ele seguramente estaria em casa. Diante disso, deverá o Oficial de Justiça:

- a) fazer plantão até que Tício saia de casa, para citá-lo;
- b) citá-lo por hora certa na pessoa do porteiro;
- c) colocar a contra-fé por baixo da porta de Tício e dá-lo por citado;
- d) certificar que Tício se oculta para ser citado, devolvendo o mandado de citação;
- e) determinar ao Escrivão que promova a citação de Tício por edital, na forma do que dispõe o art. 362 do Código de Processo Penal.

56 - A Constituição Federal consagra a regra do estado de liberdade do cidadão ao estabelecer no art. 5º, LXI, que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. O Código de Processo Penal elenca, *numerus clausus*, as hipóteses de flagrante delito, sendo CORRETO afirmar-se que:

- a) decorridos 5 (cinco) horas do crime, embora perseguido imediatamente após o mesmo, sem solução de continuidade, não está o cidadão em flagrância delitiva;
- b) passados 15 (quinze) minutos, sem qualquer perseguição, o cidadão é encontrado com a arma do crime, em sua residência, mas não pode ser considerado em flagrante delito;
- c) no exato momento do cometimento do crime, o autor é visto por um popular, que, por não ser policial, não poderá prendê-lo em flagrante delito;
- d) imediatamente após a prática do ilícito patrimonial, seu autor é preso pelo lesado, que o perseguiu, a 200m do local onde o crime ocorreu, fato que caracteriza o flagrante;
- e) policiais podem prender em flagrante o cidadão que cometeu o crime, passadas 24 (vinte e quatro) horas de seu cometimento, desde que o mesmo se apresente espontaneamente e confesse ser o autor do ilícito.

57 - A prisão preventiva é medida de caráter excepcional, só podendo ser decretada quando:

- a) a ação penal já tiver sido deflagrada;
- b) o réu já tiver sido condenado por outro crime há menos de 05 (cinco) anos;
- c) o réu for desempregado;
- d) o réu morar em outro Estado;
- e) houver risco para a ordem pública.

58 - O recurso cabível para a decisão judicial que pronuncia o réu é:

- a) apelação;
- b) agravo;
- c) carta testemunhável;
- d) recurso em sentido estrito;
- e) protesto por novo júri.

59 - Em crime de ação penal pública condicionada, poderá o ofendido retratar-se da representação, desde que:

- a) a denúncia não tenha sido oferecida;
- b) o ofensor pague uma indenização em dinheiro;
- c) não seja crime contra a pessoa;
- d) seja crime contra a honra de funcionário público;
- e) a pena cominada seja de detenção.

60 - É cabível o *habeas corpus*:

- a) somente no processo penal;
- b) quando alguém estiver sofrendo ou na iminência de sofrer coação ou violência ilegal em sua liberdade deambulatória;
- c) quando o réu for condenado a pena superior a 30 (trinta) anos;
- d) quando o réu for absolvido sumariamente;
- e) quando não couber mandado de segurança.